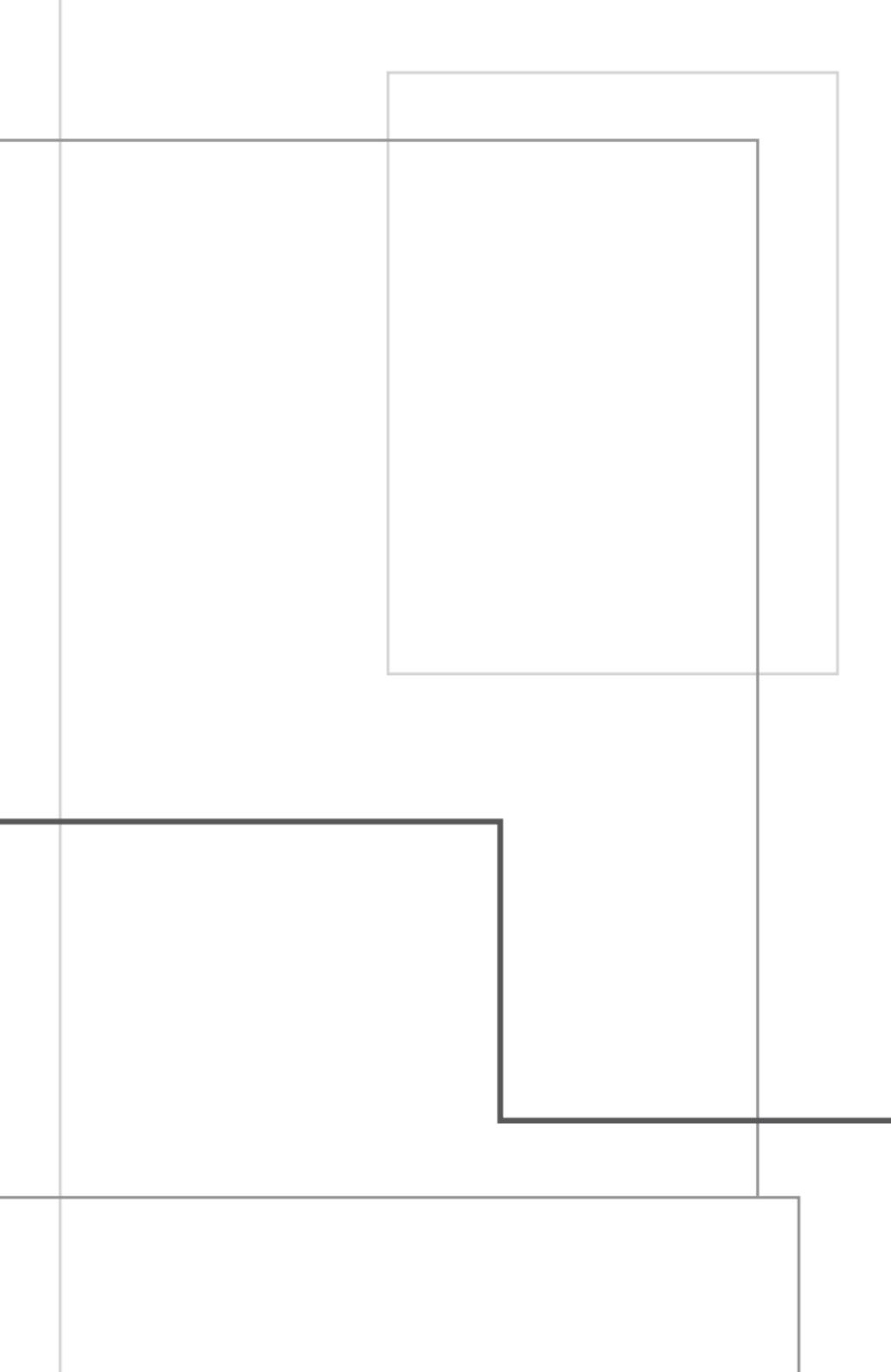


CHARLES SANDERS PEIRCE



PREFÁCIO E ORGANIZAÇÃO DE LUCIA SANTAELLA
TRADUÇÃO DE LUCIA SANTAELLA E ISABEL JUNGK

CHARLES SANDERS PEIRCE

EXCERTOS



Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por quaisquer meios, eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópias, gravações ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informação sem autorização prévia, por escrito, do editor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Charles Sanders Peirce / prefácio e organização de Lúcia Santaella;
tradução de Lucia Santaella e Isabel Jungk – São Paulo: Paulus, 2020.
Coleção Clássicos para comunicação.

Título original: Charles Sanders Peirce

ISBN 978-65-5562-046-7

1. Comunicação 2. Semiótica 3. Comunicação digital 3. Peirce,
Charles S. (Charles Sanders), 1839-1914 - Interpretação e crítica 4. Sinais
e símbolos I. I. Santaella, Lúcia II. Jungk, Isabel

20-1918

CDD 302.2

CDU 316.77

Índice para catálogo sistemático:

1. Comunicação

Direção editorial: *Sílvio Ribas*

Direção FAPCOM: *Antonio Iraildo Alves de Brito*

Coordenação de revisão: *Tiago José Risi Leme*

Preparação do original: *Caio Pereira*

Projeto gráfico: *Karine Pereira dos Santos*

Impressão e acabamento: **PAULUS**



Seja um leitor preferencial **PAULUS**.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos
e nossas promoções: **paulus.com.br/cadastro**

Televentas: **(11) 3789-4000 / 0800 16 40 11**

1ª edição, 2020

© **PAULUS** – 2020

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 – São Paulo (Brasil)

Tel. (11) 5087-3700

paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-65-5562-046-7

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

- 7 APRESENTAÇÃO
9 Onde Peirce queria chegar?
20 De onde Peirce partiu para a sua
definição de signo
32 Comentários sobre as traduções
da segunda parte

SEGUNDA PARTE

- 35 TRADUÇÃO DE EXCERTOS
DE ESCRITOS DE C. S. PIERCE
35 Excertos dos *Collected papers* vol. 1
57 Excertos de Cartas de Peirce a Lady Welby
(Ep 2: 475-481)
70 Excertos MS 318

TERCEIRA PARTE

- 83 C. S. PEIRCE: VIDA E OBRA
83 Vida
83 A lógica concebida como semiótica
89 Obra

PRIMEIRA
PARTE

APRESENTAÇÃO

Há alguns anos, venho defendendo o argumento de que a semiótica de Peirce é também uma teoria da comunicação (Santaella e Nöth, 2004; Santaella, 2017). Aliás, o argumento nem precisaria de ênfases defensivas, caso não houvesse uma tendência generalizada de promulgar-se uma falsa separação entre a comunicação e a semiótica. Para começar, Umberto Eco nos ensinou que não há cultura sem comunicação, assim como não há comunicação sem signos. Vêm daí as afirmações a seguir, que tenho repetidamente proferido.

Só há comunicação quando algo é intercambiado de uma mente a outra. Com isso, visa-se a produzir algum tipo de influência ou algum tipo de mudança nos polos dessa relação. Mas só pode haver transformação quando aquilo que é intercambiado contém alguma espécie de conteúdo que, comumente, é chamado de informação ou mensagem. Estas

se corporificam em signos de alguma espécie: verbais, visuais, sonoros ou na mistura deles. Para serem capazes de informar, os signos precisam estar, de algum modo, codificados de maneira compartilhada. Para serem intercambiados, por sua vez, dependem de canais, veículos ou meios de transporte. Os intercâmbios não são necessariamente unilaterais. Ao contrário: na maior parte das vezes, há trocas entre os dois polos. Disso conclui-se que: a) não há comunicação sem intercâmbio de algum tipo de conteúdo; b) todo conteúdo se expressa em mensagens; c) toda mensagem se encarna em signos; d) não há intercâmbio de mensagens sem um canal de transporte.

Num nível básico, estão aí indicadas as relações indissolúveis entre a comunicação e a semiótica, as quais podem ser sintetizadas em uma frase simples: a comunicação não pode prescindir de signos. O que são signos e quais são os signos? É nesse ponto que a semiótica de C. S. Peirce pode trazer contribuições relevantes.

ONDE PEIRCE QUERIA CHEGAR?

Peirce tinha em mente compreender por que e como a inteligência e o conhecimento humano evoluem e crescem. Ele era um cientista, e a ciência é a grande responsável pelo crescimento contínuo do conhecimento. Mas como esse crescimento se dá? Eis a questão: para ele, embora falível, a ciência implica métodos que garantem a validade do conhecimento justificado pela pesquisa. Em razão disso, a questão do método constituiu o cerne das preocupações de Peirce. Antes de tudo, ele fez a crítica interna do método cartesiano, pois seu falibilismo não poderia aceitar que conclusões científicas ou filosóficas pudessem ser indubitáveis. A seguir, Peirce deu-se conta de que os métodos se organizam em raciocínios lógicos. Considerou, então, que a lógica não pode ser apenas dedutiva, mas, também, indutiva e abdutiva. Essa última, a lógica da descoberta, foi criada e desenvolvida por Peirce. Ora, pensar é um tipo de ação; raciocinar, que está na base da lógica, é uma

ação autocontrolada, pensamento submetido ao autocontrole. Mas, o que é o pensamento?

Seu ponto de partida, mantido por sua vida afora, é que todo pensamento se dá em signos. Qualquer coisa que esteja presente à mente é signo: frases, imagens, relações, tensões, sentimentos, tudo é signo. Ou seja, são os signos que dão materialidade ao pensamento. Segue-se disso que nem todos os signos são apenas simbólicos, nem mesmo os signos matemáticos. Conclusão: para compreender os pensamentos, que estão na base dos raciocínios, que, por sua vez, estão na base dos métodos, é preciso estudar os signos. Nasceu daí a sua semiótica, que é, sobretudo, uma teoria do pensamento como signo e uma teoria do conhecimento que só pode dar-se em signos. Portanto, a semiótica – a doutrina de todos os tipos possíveis de signos, que são também formas de externalização do pensamento em meios de comunicação, seus poderes de referência e os tipos de interpretação que estão aptos a produzir –, no conjunto de sua obra, exerce o papel

de propedêutica para o estudo dos raciocínios, e estes, para o estudo dos métodos.

Entretanto, antes do desenvolvimento de uma doutrina de todos os tipos de signos como propedêutica para estudar os métodos das ciências, havia uma tarefa ainda mais preliminar, da qual, segundo Peirce, nenhum pensador pode furtar-se: a radical análise de todas as experiências possíveis, ou seja, trazer à baila as categorias gerais, abstratas e formais, onipresentes em quaisquer fenômenos de quaisquer espécies, mentais ou externos à mente, portanto, presentes na natureza e nas sociedades. Depois de muita reflexão e análise, idas e vindas, emergiram suas famosas três categorias, que, com o tempo, ele esvaziou de quaisquer conteúdos específicos, a fim de reduzi-las aos seus sentidos puramente lógicos: primeiridade, secundidade e terceiridade.

Portanto, são categorias estritamente lógicas, uma lógica relacional que também foi criada por Peirce, a lógica monádica, a diádica e a triádica, em correspondência com as

categorias. Por serem abstratas e universais, isso permite que, em cada campo da realidade, as categorias apareçam com uma vestimenta própria daquele campo. Por exemplo, na física, elas surgem como acaso, lei e tendência do universo a adquirir novos hábitos. Já na psicologia, elas aparecem na roupagem de sentimento, ação-reação e pensamento-tempo. Dessas categorias, são construídos os alicerces do edifício filosófico de Peirce, um edifício composto por disciplinas filosóficas, entre elas, a semiótica. Portanto, é preciso ficar claro que a semiótica de Peirce é parte de uma filosofia cujas disciplinas se distribuem e se inter-relacionam de acordo com a lógica ternária das categorias.

No nível interno da analítica semiótica, das categorias de primeiridade e secundidade, são derivados os quase-signos, índices e ícones, ou seja, signos que não são inteiramente triádicos e, portanto, não genuínos. Os signos triádicos, por sua vez, como são os signos convencionais, exemplificados na língua falada e escrita, nas notações musicais, nas formulações

matemáticas etc., são signos genuínos, ou seja, genuinamente triádicos. A forma mais simples de terceiridade fica expressa na relação triádica que se corporifica no signo genuíno, cuja definição Peirce ensaiou dezenas de vezes na sua luta para ser compreendido, algo nada fácil um século atrás.

Dentro da função propedêutica que fora dada à semiótica, Peirce tinha em mira chegar a uma noção geral e abstrata de signo e quase-signo, ou melhor, uma definição capaz de explicitar como signos e quase-signos agem. Uma vez que a definição é lógica e abstrata, tudo que porventura possa exhibir esse modo de agir será *ipso facto* um signo. Que modo de agir é esse? É aquele que implica uma tríade de relações entre o signo em si mesmo, seu objeto de referência e um interpretante ou efeito provocado pelo signo em mente real ou potencial. Onde houver tal ação, lá estará o signo.

O primeiro texto de autoria de Peirce, que foi traduzido para comparecer na segunda parte deste volume, apresenta uma definição bastante

abstrata da ação do signo. Ela é tão abstrata que costuma afastar aqueles que buscam a carnadura concreta das coisas. Contudo, em sua busca por fazer-se compreendido, Peirce apresentou dezenas de definições em variados graus de abstração, como a que vem a seguir, que pode ser classificada no nível médio de abstração:

Um signo intenta representar, em parte (pelo menos), um objeto que é, portanto, em certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo que o signo o represente falsamente. Mas, dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete a mente de tal modo que, de certa maneira, determine nessa mente algo que é mediatamente devido ao objeto. Essa determinação, cuja causa imediata ou determinante é o signo e cuja causa mediada é o objeto, pode ser chamada de interpretante (CP 6.347).

Essa definição é interessante porque apresenta importantes modalizações, ou seja, o

signo não representa inteiramente o referente ou objeto, que também podemos chamar de *realidade*. De fato, a realidade é sempre mais vasta e complexa do que o campo estrito a que o signo se reporta. Além disso, o signo, ele próprio, não pode abraçar completamente nem mesmo o recorte da realidade a que se refere. Portanto, há uma inevitável incompletude no signo.

Outro fator relevante é que a fonte da semiose ou ação do signo encontra-se no objeto. É o objeto que determina o signo. Assim, há, entre signo e objeto, ao mesmo tempo, uma relação de determinação do objeto para o signo, e uma relação de representação do signo para com o objeto. Mesmo se localizando nesse nível médio de abstração, a definição acima ainda causa estranheza, pois não especifica, como é o caso de definições mais singulares, quem ocupa cada uma das posições na relação. Justamente por ser lógica, ela indica a função de cada elemento no processo, e não o conteúdo específico de um signo empírico. Isso permite que as mais diferentes entidades existentes

possam ocupar e preencher as funções que na definição comparecem de modo abstrato.

Consideremos um exemplo: este texto que o leitor lê ocupa a função do signo. O objeto que este texto representa e pelo qual é determinado é a teoria peirciana do signo. Essa teoria é muito mais vasta e complexa do que cabe neste texto, seu contexto envolve muitos outros textos que foram escritos sobre o tema por Peirce e, desde então, por grande número de comentadores. O que este meu texto é capaz de transmitir sobre seu objeto de referência está apto a produzir um efeito interpretativo, ou seja, um interpretante, na mente do receptor, isto é, produz outro signo, um efeito interpretativo de compreensão, dúvida ou incompreensão. Entretanto, esse é apenas um exemplo. Podemos pensar em uma infinidade de outros, tanto no universo humano quanto no da natureza. No universo da cultura humana, os exemplos são abundantes. Pode-se pensar em filmes, vídeos, espetáculos de arte e entretenimento etc.

Se hoje ainda existem dificuldades em se compreender o que Peirce pretendia alcançar com sua teoria dos signos, no seu tempo os empecilhos eram bem piores. Em certo momento, desesperado por não conseguir fazer-se entender, ele simplificou a definição, que acabou por reduzir-se a: “um signo é algo que representa outra coisa para alguém”. Em carta a Lady Welby, traduzida na segunda parte deste pequeno livro, ele disse que, com essa definição, estava dando uma colher de sopa para Cérbero (o cão da porta do inferno). Infelizmente, a simplificação mais prejudicou que ajudou, pois eliminou o que a definição abstrata tem de mais importante: sua abrangência e a capacidade de identificar certo modo de agir que caracteriza todas as funções sígnicas em quaisquer tipos de processos.

Tendo isso em vista, é preciso considerar por que a generalidade da abstração nesse caso é tão importante. Partindo da fenomenologia, Peirce buscava a construção de uma teoria geral e abstrata de “todos os tipos de signos, seus modos

de significação, denotação, informação, e todas as suas propriedades e seus modos de agir” (MS 634). Trata-se, portanto, de um campo de estudo que tem por objeto quaisquer tipos de signos verbais, não verbais e naturais, visando a compreender que natureza, quais propriedades e poderes de referência os signos têm, como eles se estruturam em sistemas e processos, como funcionam, como são produzidos e utilizados e que tipos de efeitos interpretativos estão aptos a gerar em seus intérpretes.

Não pode haver passagem mais exemplar da complexidade e variedade daquilo a que Peirce chama de signo do que a passagem abaixo, que é parte de um dos escritos que foram traduzidos e que constam da segunda parte deste livro. Vale a pena destacar aqui essa passagem.

Assim, quanto mais abstrata é uma definição, mais seu potencial se expande, para ser aplicada e servir de orientação para o entendimento de maior variedade de casos. Tomemos abaixo, por exemplo, outra definição de signo,

mais abstrata do que a citada anteriormente, e que foi considerada de abstração média:

Um signo é algo que representa outra coisa para a mente. Para a sua existência como tal, três coisas são necessárias. Em primeiro lugar, deve ter caracteres que nos permitam distingui-lo de outros objetos. Em segundo lugar, deve ser afetado de algum modo pelo objeto que ele significou ou pelo menos algo a respeito dele deve variar como consequência de uma causação real com alguma variação de seu objeto (MS 380).

À luz dessa definição, pode-se constatar que palavras, frases, cláusulas, sentenças e conversações estendidas são signos, assim como são signos os poemas, ensaios, contos, romances, orações, dramas, óperas, novelas e séries televisivas, artigos de jornal, relatórios científicos e demonstrações matemáticas. Desse modo, um signo pode ser um elemento constituinte de um signo mais complexo, e todas as partes

constituintes de um signo complexo são também signos. Por isso mesmo, a noção peirciana de signo também inclui imagens, sintomas, livros inteiros, bibliotecas, sinais, comandos, microscópios, representantes no parlamento, concertos e suas performances etc. (MS 634, p. 18). Para que isso se torne mais claro, precisamos reverter o caminho. Até agora, vimos aonde Peirce queria chegar. Contudo, não menos relevante para a compreensão de sua semiótica é saber de onde ele partiu.

DE ONDE PEIRCE PARTIU PARA A SUA DEFINIÇÃO DE SIGNO

Como veremos, ele partiu daquilo que fazemos cotidianamente. Conversamos não só com os outros, mas, muitas vezes, com nós mesmos, em nossos pensamentos, algo que só vem demonstrar, como queria Platão e também Peirce, que todo pensamento é dialógico, um embrião de sua natureza inalienavelmente social. Conforme será explicitado em detalhes a seguir, a noção muito geral do signo a que